



# Diário Oficial

## Municípios de Santa Catarina

Edição Extra Nº 4380

Sábado - 11 de Novembro de 2023

Florianópolis/SC

# EDIÇÃO EXTRA

## Sumário

### Consórcios

CIDIRIOS .....	2	CISAMARP .....	14	CISAM-SUL .....	24
CIMVI.....	3	CVC.....	15	CIM-AMUREL .....	25
CINCATARINA .....	5	CIGAMVALI .....	22		
CISAM .....	13	CIGAMERIOS .....	24		



# Consórcios

## CIDIRIOS

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023

Publicação Nº 5335770

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 193AE9AD41853FC1EB1DAE615A11D0F6E621E93F

Estado de Santa Catarina

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária Entre os Rios - CIDIRIOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 12/2023

PREGÃO PRESENCIAL N. 05/2023

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA ENTRE OS RIOS - CIDIRIOS, através do seu Presidente, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que fará realizar processo licitatório, na modalidade de PREGÃO, na forma PRESENCIAL, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Decreto n.º 10.024/19 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço por item, que tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviço de laboratorista para realização de controle tecnológico de Qualidade de solos, concreto e asfalto, junto a Usina de Asfalto do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária Entre os Rios – CIDIRIOS.

O certame realizar-se-á no dia 24 de novembro de 2023, com entrega dos envelopes de Proposta de Preço e Documentos de Habilitação até às 08h30min e abertura da Sessão Pública às 08:45 do mesmo dia (horário de Brasília).

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página eletrônica do Município de Ipuacu, link "licitações" endereço: <https://www.ipuacu.sc.gov.br>. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3354 0222 ou pelo e-mail: [cidirios@cidirios.sc.gov.br](mailto:cidirios@cidirios.sc.gov.br) ou [ediane.alm09@gmail.com](mailto:ediane.alm09@gmail.com), em horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

Ipuacu/SC, 10 de novembro de 2023.

Rafael Calza

Presidente do Consórcio.

Prefeito de Bom Jesus

**CIMVI****CANCELAMENTO DA AUA Nº 461/2021 - OFÍCIO Nº 13855/2023**

Publicação Nº 5334754

**CIMVI**  
Ambiental**Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Apiúna | Ascurra | Benedito Novo | Botuverá | Doutor Pedrinho | Ilhota | Indaial | Luiz Alves | Massaranduba | Pomerode | Rio dos Cedros | Rodeio | Timbó

**Ofício nº 13.855/2023**

Timbó, 09 de novembro de 2023.

À

**HIDRAMÁTICA EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.241.896/0001-87, com sede na rua Ernesto Blank, nº 1.320, Sala B, Bairro Testo Rega, em Pomerode/SC, CEP 89.107-000.

**PROCURADOR (A)**

**JOÃO JAIR DOS SANTOS**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 20.650.059-98, com endereço na rua Alemanha, nº 640, Bairro Centro, em Pomerode/SC, CEP 89.107-000.

Nesta,

**Referência: Condicionantes estabelecidas na AuA nº 461/2021****Cód. Ativ. Res. CONSEMA nº 99/2017 – 13.90.00****Protocolo CIMVI nº 04/2021****Protocolo na Prefeitura de Pomerode nº 744/2021**

Através do presente o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI**, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000, em parceria técnico-jurídica com o **MUNICÍPIO DE POMERODE**, vem, COMUNICAR Vossa Senhoria, acerca dos fatos que passamos a reproduzir:

Tendo em vista que a **AuA nº 461/2021**, expedida pelo Município de Pomerode em parceria técnico-jurídica com o CIMVI Ambiental, em 23/09/2021, previu como obrigação do empreendedor/oficiado comprovar perante o órgão ambiental Condições Específicas e Condicionantes.

O requerente apresentou documentação e informações, de que o empreendimento encerrou as atividades no local em agosto de 2023, sendo que, não pretende exercer a atividade no momento.

Ante o exposto, defere-se o pedido de **CANCELAMENTO da Autorização nº 461/2021 e ARQUIVAMENTO DEFINITIVO** do processo administrativo respectivo.

Fica Vossa Senhoria cientificado do teor do que dispõe o artigo 82 do Decreto Nacional nº 6.514, de 22 de julho de 2008: “*Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissivo, seja nos sistemas oficiais de controle, seja na licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental: Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).*”

Certos de que o assunto merecerá pronta acolhida e compreensão de Vossa Senhoria, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Marina dos Santos Hoffmann  
Engenheira Ambiental  
CREA/SC 157941-7

Página 1 de 2

Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Timbó – SC – E-mail: [contatoamb@cimvi.sc.gov.br](mailto:contatoamb@cimvi.sc.gov.br)  
Telefone: (47) 3380-1345

**CIMVI**  
Ambiental**Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Apiúna | Ascurra | Benedito Novo | Botuverá | Doutor Pedrinho | Ilhota | Indaial | Luiz Alves | Massaranduba | Pomerode | Rio dos Cedros | Rodeio | Timbó

**DECISÃO:**

Homologo as razões acima, as quais utilizo como fundamento e com base em tais motivos, **CANCELO** a **Autorização Ambiental nº 461/2021** emitida, e DETERMINO o ARQUIVAMENTO DEFINITIVO do processo administrativo respectivo, diante do encerramento da atividade.

P.R.I.A.C.-se.

Timbó, 09 de novembro de 2023.

JAIME EDUARDO  
JENSEN:5885192  
5968

Assinado de forma digital  
por JAIME EDUARDO  
JENSEN:58851925968  
Dados: 2023.11.09 14:54:43  
-03'00'

**Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente****Jaime Eduardo Jensen****Portaria nº 22.240/2017**

Página 2 de 2

Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Timbó – SC – E-mail: [contatoamb@cimvi.sc.gov.br](mailto:contatoamb@cimvi.sc.gov.br)  
Telefone: (47) 3380-1345

**CINCATARINA****CT23CIN0057 - EDM CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI**

Publicação Nº 5335247

CT23CIN0057

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 63CD6841C3E8236AE732FF4CDD6363E48888AB11

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, e com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. ELÓI RÖNNAU, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa EDM CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Piauí, nº 399, 14º andar, sala 1406, Centro, na cidade de Londrina/PR, CEP: 86.010-420, inscrita no CNPJ sob o nº 15.079.514/0001-51, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. Edmar Calovi, inscrito no CPF nº \*\*\*.886.579-\*\*, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do objeto descrito abaixo, que se regerá pelo disposto neste Contrato, nas disposições da Resolução nº 209, de 31 de outubro de 2022, da Resolução nº 083 de 4 de abril de 2023, ambas do CINCATARINA, na Lei Federal 14.133/21 e alterações posteriores, aplicando-se os preceitos de direito público, as normas e princípios de direito administrativo e supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O objeto da Licitação compreende a contratação de empresa especializada em serviços terceirizados de Auxiliar Administrativo II, nos quantitativos expostos abaixo, para prestação contínua, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com remuneração definida pela Convenção Coletiva de Trabalho mais recente, turno de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, todos os dias da semana, para atender as necessidades do CINCATARINA, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, ANEXO I, parte integrante desde Edital.

1.2 – O objeto da Licitação compreende a execução de serviços prestados, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, através de funcionários presentes fisicamente na Central Executiva do CINCATARINA, identificados no Termo de Referência, ANEXO I, parte integrante deste Edital, todos os dias da semana, nos horários compreendidos no turno matutino das 8:00h às 12:00h e no turno vespertino das 13:30 às 17:30h, no seguinte lote único:

**LOTE 01 – ÚNICO**

ITEM	Unidade	Serviços	Quantidade Estimada	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Total Mensal (R\$)	Valor Total 12 (doze) meses (R\$)
1	Posto de trabalho	Auxiliar Administrativo II, com carga horária de 40h semanais (Fraiburgo)	10	4.035,27	40.352,70	484.232,40
VALOR TOTAL LOTE 01					R\$	484.232,40

1.3 – Vinculam a presente contratação, independentemente de transição:

- O Edital de Licitação;
- O Termo de Referência;
- A proposta do contratado;
- Outros anexos dos documentos referidos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 – A Contratada deverá executar os serviços conforme condições estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I do Edital), em especial nos itens “Descrição da solução como um todo”, “Modelo de execução do objeto”, “Modelo de gestão do contrato” e “Critérios de medição e pagamento”, e demais condições previstas no edital e neste contrato.

2.2 – O contrato será executado pelo regime de execução indireta.

2.2.1 – Nos termos do art. 6º, inciso XVI, da Lei Federal n. 14.133/2021, o objeto configura-se como serviço contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sendo necessário que, durante a execução contratual:

- os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e
- o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

2.3 - Os serviços contratados deverão ocorrer todos os dias úteis da semana, caracterizado pela presença física de até 5 (cinco) postos de trabalho, das 8:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, na Central Executiva do CINCATARINA (Fraiburgo), conforme descrito no Termo de Referência.

2.3.1 – Os Postos de Trabalho serão autorizados conforme demanda e necessidade do CINCATARINA, sendo remunerado pelos serviços efetivamente prestados, nos termos previstos no Termo de Referência e neste contrato.

2.4 – Em razão da necessidade do serviço do CINCATARINA, a jornada de trabalho dos funcionários contratados poderá ser ampliada ou reduzida, com a proporcional ampliação ou redução da remuneração, limitados ao mínimo de 20h e máximo de 40h semanais.

2.5 - A CONTRATADA deverá disponibilizar ao seu funcionário identificação da empresa contratada no uniforme e do nome do empregado, de fácil identificação, nos termos das normas exigidas pelos órgãos públicos.

2.6 - Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, contratados pela CONTRATADA, que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades do CONTRATANTE.

2.7 - A CONTRATADA deverá manter preposto responsável pelo Contrato, aceito pela Administração Pública, no local da prestação do serviço, para representá-la na execução do contrato.

2.8 - Os serviços deverão ser prestados de acordo com as determinações da CONTRATANTE, observadas as normas e procedimentos técnicos, de qualidade, de segurança e de preservação do meio ambiente, por intermédio da Gestão de Pessoas, junto à CONTRATADA.

2.9 - A CONTRATANTE solicitará que seja afastado imediatamente do posto de serviço o profissional que não se portar convenientemente, ou que não atender de maneira eficiente a execução dos serviços.

2.10 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente, a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho.

2.11 – A Contratada deverá ter pleno conhecimento dos serviços a serem executados. Em qualquer circunstância, a Contratada deverá assumir a responsabilidade técnica relativa a estes serviços.

2.12 – O regime de execução é o de empreitada a preço unitário.

2.13 – Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL, PAGAMENTO, REGIME DE EXECUÇÃO, REAJUSTE E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 – O valor total do presente Contrato para o LOTE 01 – ÚNICO é de R\$ 484.232,40 (quatrocentos e oitenta e quatro mil duzentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).

3.2 - O pagamento pelos serviços prestados, objeto da presente licitação, será feito em favor do licitante vencedor, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do Fornecedor ou boleto, em sua conta corrente cujos dados devem ser idênticos ao da sua proposta.

3.2.1 – Os pagamentos em cada item serão realizados de acordo com os critérios de medição constantes do no Termo de Referência, que compõe o ANEXO I, parte integrante deste Edital.

3.2.2. – Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da habilitação e proposta vinculada, exceto no caso de participação de empresas em consórcio ou de solicitação de alteração, entre matriz e filiais ou entre filiais, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ, sendo responsabilidade da contratada manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.

3.3.3 – O CINCATARINA efetuará o pagamento até o 5º (quinto) dia útil, do mês subsequente a prestação do serviço, após a confirmação da prestação regular das atividades descritas no objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

3.3 – A execução dos serviços será mediante o regime de empreitada por preço unitário.

3.4 – Nesta empreitada por preço unitário o preço foi fixado por unidade determinada para cada serviço. Os pagamentos corresponderão ao relatório dos serviços efetivamente executados acompanhados do relatório de serviços e da respectiva Nota Fiscal.

3.5 – Será pago a contratada somente o valor dos serviços efetivamente executados de acordo com objeto do Edital e com os critérios de medição previstos no Termo de Referência, conforme relatório, após aprovação/aceite do Contratante.

3.6 – O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação, exceto no caso de participação de empresas em consórcio ou de solicitação de alteração entre matriz e filiais ou filiais entre si, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos de habilitação pelo novo CNPJ.

3.7 – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.8 – De modo a assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, nos termos do art. 121, § 3º, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021, a Administração condicionará o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato.

3.8.1 – Para tanto, juntamente com a nota fiscal deverá ser entregue os comprovantes do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e de adimplemento com as demais obrigações trabalhistas, correspondentes ao mês da última competência vencida, referente a seus empregados que atuam na execução dos serviços contratados.

3.8.2 – A não apresentação dos documentos enumerados nas cláusulas acima implicará suspensão do pagamento da nota até a sua apresentação, não incidindo, neste caso, quaisquer acréscimos de valores referentes a juros, multa ou correção monetária.

3.9 – A Administração poderá deduzir do pagamento devido qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas em Lei, assim como verbas trabalhistas não adimplidas pela contratada, para fins de efetuar diretamente o seu pagamento, nos termos do art. 121, § 3º, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021.

3.10 – O pagamento poderá ser susado pela CONTRATANTE quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula Contratual.

3.11 – De cada valor, proveniente de relatórios de serviços, será feito o pagamento, mediante nota fiscal, em moeda corrente do País.

3.12 – Os resultados dos relatórios dos serviços serão lançados em formulários apropriados, de acordo com as normas adotadas pelo contratante.

3.13 – Considerando que os quantitativos previstos para cada um dos itens foram estimados, poderá ocorrer sobras (saldos de itens não utilizados), assim os valores correspondentes serão cancelados após o atingimento das quantidades previstas ou com o fim da vigência do contrato.

3.14 – Os preços do presente Contrato Administrativo poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o transcurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses, observando-se as disposições previstas no art. 135 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.14.1 – Para os custos decorrentes do mercado, a repactuação terá data vinculada à apresentação da proposta da contratada.

3.14.2 – Para os custos decorrentes de mão de obra, a repactuação terá data vinculada ao acordo coletivo de trabalho, à convenção coletiva de trabalho ou ao dissídio coletivo que a proposta estiver vinculada.

3.14.3 - Para análise da repactuação, é imprescindível solicitação formal da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços e/ou apresentação do acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo, que fundamenta o pedido de repactuação, sob pena de não recebimento/conhecimento.

3.14.4 - O pedido formal de repactuação deverá ser realizado pela contratada até a data da eventual prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão lógica.

3.15 – O presente Contrato Administrativo poderá ser alterado para reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que, efetivamente, inviabilizem a execução contratual tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.15.1 – A possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo é condicionada à solicitação formal da contratada e comprovação da ocorrência dos eventos autorizadores à revisão de preço acima descritos, não sendo apreciados/conhecidos os pedidos de revisão que não comprovem efetivamente e objetivamente o desequilíbrio econômico-financeiro alegado.

3.15.2 – Os eventos devem ser excepcionais, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, sendo que os eventos usuais, comuns e inerentes à própria execução do Contrato Administrativo ou a própria atividade desenvolvida pela contratada, não são aptos, por si só, a comprovar efetivamente e objetivamente o desequilíbrio econômico-financeiro alegado.

3.15.3 – Os eventos, também, devem ser supervenientes à formulação da proposta, sob pena de presunção relativa de que a contratada possui plenas condições de cumprir o contrato administrativo mesmo com as condições adversas eventualmente verificadas/constatadas, visto que formulou sua proposta ciente dos eventos e seus efeitos econômicos.

3.15.4 – A constatação da inexecuibilidade de preço unitário durante a execução do Contrato Administrativo não é motivo, por si só, para ensejar reequilíbrio econômico-financeiro, haja vista que a oferta de preço inexecuível na licitação onera, exclusivamente, a contratada.

3.15.5 – A mera variação da taxa cambial, para mais ou para menos, por si só, não é suficiente para fundamentar a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro.

3.15.6 – A demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro não pode ser comprovada meramente com valores de referência extraídos de pesquisas, índices oficiais ou demais sistemas referenciais de custos, devendo haver comprovação dos custos efetivamente incorridos no contrato administrativo, especialmente demonstrados através de Notas Fiscais emitidas obrigatoriamente em nome da contratada, englobando, ao menos, 02 (dois) períodos distintos anteriores ao pedido, aptas a comprovar, objetivamente, a variação dos preços que fundamenta o pedido de revisão.



3.16 – O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá ser respondido pela Administração Pública no prazo de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos do exercício corrente e seguintes no caso de prorrogação, e terão a seguinte classificação orçamentária:

Órgão	01– CONSÓRCIO PÚBLICO
Unidade	001– CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
Funcional	004.0122.0001.2001 – AÇÕES MULTIFINALITÁRIAS DE INTERESSE COMUM

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133/2021.

5.2 – O CINCATARINA poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções administrativas:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com o CINCATARINA e todos os municípios consorciados, pelo prazo máximo de 03 (três anos);

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CINCATARINA e todos os municípios consorciados, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

5.3 – Por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133/2021, poderá ser aplicada ao licitante ou contratado a sanção administrativa de multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

5.4 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na aplicação da multa compensatória prevista no item anterior.

5.5 - A sanção administrativa de multa moratória será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato, nos termos do art. 162 da Lei Federal n. 14.133/2021, possuindo os seguintes parâmetros:

I – por atraso ou paralisação da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o contratado sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

II – transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado extinto o Contrato Administrativo, canceladas as ordens de serviços e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato.

5.6 - Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CINCATARINA ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

5.7 - A sanção administrativa de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa com a sanção de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

5.8 – A aplicação das sanções administrativas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverão respeitar o trâmite e procedimentos estabelecidos no art. 158 da Lei Federal n. 14.133/2021.

5.9 - As sanções administrativas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar e contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal n. 14.133/2021.

5.10 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 da Lei Federal n. 14.133/2021.

5.11 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 161 da Lei Federal n. 14.133/2021.

5.12 - Os débitos do licitante/contratado com a Administração Pública contratante, resultantes da aplicação de multas e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, nos casos da existência de crédito em favor do licitante/contratado, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos firmados com a mesma entidade/órgão público contratante.

5.13 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO



6.1 – O presente Contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 137 da Lei Federal n. 14.133/2021, mediante decisão formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e ampla defesa.

6.2 – A extinção contratual deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3 – Nos termos do § 7º, do art. 90, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, fica facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados segundo o cadastro de reservas para a contratação do remanescente dos serviços em consequência de rescisão contratual, observados os critérios estabelecidos nos § 2º e 4º, do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 – O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP, nos termos do art. 94 c/c art. 105, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado até a vigência máxima decenal, prevista no art. 107.

7.2 – O presente Contrato deverá ser divulgado no sítio eletrônico oficial do Contratante na internet, nos termos do art. 91, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 0095/2023-e, Edital de Pregão, na forma Eletrônica nº 0066A/2023.

#### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

9.1 – Será de responsabilidade da CONTRATADA, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e no Contrato, cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- b) Executar os serviços conforme o Edital, seus Anexos, o Termo de Referência e normas extra-edilícias que sejam pertinentes a sua área;
- c) Os serviços deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com a habilitação profissional definida nas normativas vigentes e elencadas no Termo de Referência (ANEXO I do Edital) e no Edital, devendo a CONTRATADA garantir a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente;
- d) Prestar os serviços de acordo com as determinações da CONTRATANTE, observadas as normas e procedimentos técnicos, de qualidade, de segurança e de preservação do meio ambiente, por intermédio da Gestão de Pessoal, junto à Contratada;
- e) Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações trabalhistas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CINCATARINA a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- f) Acusar o recebimento da Ordem de Serviço, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvando-se que, se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil;
- g) Recrutar, selecionar, treinar e encaminhar à CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento da Ordem de Serviço;
- h) Emitir Nota Fiscal dos serviços executados, individualizada por serviço sempre que necessário para fins de tributação do ISSQN, devendo a nota fiscal emitida conter destacado o valor de todos os Tributos a ser retidos na fonte, nos termos da legislação em vigor;
- i) Nomear responsável para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- j) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem ao CONTRATANTE ou a terceiros, sendo descontado no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, o valor correspondente ao dano e/ou prejuízo causado;
- k) Levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais ao CINCATARINA ou a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, responder e arcar com todos os ônus para reparação de eventuais danos causados, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- l) Realizar eventuais correções, ajustes ou revisões realizadas nos serviços executados, em razão de vícios, ausências, erros, equívocos, dolo ou culpa da empresa responsável ou seus técnicos, apontadas pela Fiscalização do CINCATARINA ou pelos órgãos de controle, ou qualquer outro motivo de responsabilidade da CONTRATADA;
- m) Responder, nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- n) Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE;
- o) Comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- p) Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
- q) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;
- r) Realizar, condicionada à prévia solicitação por escrito do preposto indicado pelo Titular da Contratante, a inclusão ou substituição de profissionais que exercerão os serviços;
- s) Manter seus empregados sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, aquele que não se portar convenientemente ou que não atender de maneira eficiente a execução dos serviços, assim considerados pelo representante da CONTRATANTE;
- t) Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;

- u) Manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme de acordo com as condições climáticas (camisas, calças, jaquetas, blusas, casacos etc.);
- v) Adaptar as escalas de trabalho ao funcionamento do Consórcio Público durante o período em que for adotado o "horário de verão", caso assim venha a ocorrer pela CONTRATANTE;
- w) Manter preposto responsável pelo Contrato, aceito pela Administração, no local da prestação do serviço, para representá-la na execução do contrato;
- x) Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
- y) Coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
- z) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- aa) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
- bb) Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;
- cc) Definir o controle de frequência, sendo de sua responsabilidade o seu acompanhamento, devendo registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência;
- dd) Estender ou alterar a jornada de trabalho dos serviços, sempre preservada a carga horária contratada, quando a necessidade do serviço o exigir e a CONTRATANTE o solicitar;
- ee) Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;
- ff) Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, por meio próprio ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;
- gg) Apresentar os valores referente aos pagamentos dos seus empregados para a categoria profissional que deverá incluir todos os custos relacionados com a remuneração, encargos sociais incidentes sobre os serviços, além das despesas com fornecimento de uniformes, treinamento, utensílios, além de equipamentos de segurança, e todos os demais custos diretos e indiretos incidentes;
- hh) Efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;
- ii) Pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- jj) Estabelecer e pagar os salários dos profissionais, bem como os demais benefícios, os quais não poderão ser inferiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o Sindicato da Categoria e o Patronal do respectivo sindicato;
- kk) Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente, a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho;
- ll) Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- mm) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- nn) Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- oo) Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- pp) Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências do CINCATARINA membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), quando exigido pelas normas de segurança do trabalho.
- qq) Comprovar que cumpre e segue as normas de segurança e medicina do Trabalho, mediante apresentação do registro do SEESMT (Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho) na DRT do Ministério do Trabalho ou documento equivalente. Empresas que, por sua natureza, ou por força de lei, que estiverem dispensadas do registro no SEESMT, podem apresentar declaração ou documento comprobatório do fato;
- rr) Cumprir a execução de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (art. 116 da Lei Federal n. 14.133/2021);
- ss) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021;
- tt) Não subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do Contratante, devendo ser observado o limite autorizado pela Administração, permanecendo sob a responsabilidade integral do contratado a perfeita execução contratual; e
- uu) Outras obrigações previstas no Edital, Termo de Referência, no Contrato e na Lei.

## 9.2 – São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a) a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- b) a subcontratação para a execução do objeto deste contrato; e
- c) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

## 9.3 – Será de responsabilidade da CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas no Edital e seus anexos:

- a) Realizar a medição, o recebimento e o pagamento dos serviços contratados nos prazos previstos;
- b) Realizar a fiscalização dos serviços prestados, relatando problemas e circunstâncias para facilitação dos serviços;
- c) Indicar prepostos para contato com os técnicos da CONTRATADA;
- d) Fornecer informações necessárias a prestação dos serviços, tais como textos, produtos, conteúdo, imagens e dados institucionais;
- e) Cumprir as obrigações previstas no Edital e no Termo de Referência e, exigir o cumprimento das obrigações previstas para a Contratada;

- f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal n. 14.133/2021;
- g) Realizar avaliação periódica da qualidade dos serviços;
- h) Demais disposições contidas no Edital, no Termo de Referência, no contrato e na Lei.

9.4 – Os profissionais prestadores dos serviços deverão:

- a) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, bem como ao responsável pela empresa contratada, de qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- b) Atender os funcionários públicos do CINCATARINA e demais pessoas presentes com cortesia, respeito e atenção;
- c) Atender a todos os requisitos descritos no Edital e a todas as regras e Leis que influenciem na área de atuação;
- d) Ser diligente com relação a suas ações, atuando de boa-fé, ser célere e assertiva nas solicitações efetivadas pela CONTRATANTE;
- e) Ser educados, apresentar-se corretamente vestidos, ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e ser responsáveis para com as atividades que executam;
- f) Demais previstas no Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

10.1 – Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto neste Contrato, e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

11.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2 – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.3 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

12.1 – As Partes comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência deste contrato, compatibilizando-a com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o caráter público desta contratação.

12.2 – As Partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral), endereços eletrônico e residencial, documentos relativos à habilitação profissional e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução deste contrato, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.3 – Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

12.4 – A CONTRATADA declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ANTICORRUPÇÃO

13.1 – As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

14.1 – Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – É competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente contrato.

Florianópolis (SC), 08 de novembro de 2023.

André Luiz de Oliveira  
Diretor Executivo  
CINCATARINA

Edmar Calovi  
Contratada  
EDM CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI

Testemunhas:

1ª –

2ª –

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

**CISAM****HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 07.2023 - CISAM MO**

Publicação Nº 5334932

Página: 1 / 2

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE  <b>CNPJ:</b> 08.484.353/0001-16 <b>Telefone:</b> (49) 3555-6972 <b>Endereço:</b> Acesso Cidade Alta, 3815 - São Cristóvão <b>CEP:</b> 89665-000 - Capinzal	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2023</b>
	<b>Processo Adm.:</b> 17/2023 <b>Data do Processo:</b> 25/10/2023

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 1 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 17/2023  
b) **Nr. Licitação:** 7/2023 - PR  
c) **Modalidade:** Pregão presencial  
d) **Data de Homologação:** 07/11/2023  
e) **Objeto da Licitação:** *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÉPTICOS, E DE RESÍDUOS DE ETAS E DE ETES, HIDROJATEAMENTO E AUTO VÁCUO, PARA OS ENTES CONSORCIADOS AO CISAM*

**Lote: 1**

**Participante: BABOS TRANSPORTES LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS QUE POR SUAS CARACTERÍSTICAS NÃO PUDEAM SER DESTINADOS AO LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE. - COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS QUE POR SUAS CARACTERÍSTICAS NÃO PUDEAM SER DESTINADOS AO LOCAL INDICADO PELA CONTRATANTE. Marca: BABOS	160,000	M³	470,14	75.222,40
2	SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO COM VEÍCULO E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS E TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. - SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO COM VEÍCULO E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS E TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Marca: BABOS	630,000	h	433,9492	273.388,00
3	SERVIÇO DE AUTO VÁCUO PARA SUÇÃO DE RESÍDUOS E/OU LÍQUIDOS, COM VEÍCULO E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS E TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. - SERVIÇO DE AUTO VÁCUO PARA SUÇÃO DE RESÍDUOS E/OU LÍQUIDOS, COM VEÍCULO E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS E TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Marca: BABOS	280,000	h	397,82	111.389,60
<b>Total do Participante:</b>					<b>460.000,00</b>

**Lote: 2**

**Participante: CETRIC CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS, INDS E COMS DE CHAPECO LTDA**

4	COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DE LODO LÍQUIDO E ESCUMA PROVENIENTE DAS DESCARGAS DE REATOR UASB E LIMPEZA DOS CANAIS DE TRATAMENTOS PRELIMINARES (AREAS) E DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO. CARGAS APROXIMADAS DE 15.000 A 30.000 KG - COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DE LODO LÍQUIDO E ESCUMA PROVENIENTE DAS DESCARGAS DE REATOR UASB E LIMPEZA DOS CANAIS DE TRATAMENTOS PRELIMINARES (AREAS) E DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO. CARGAS APROXIMADAS DE 15.000 A 30.000 KG	195,000	Ton.	536,4594	104.609,58
---	---	---------	------	----------	------------

Página: 2 / 2

Marca: CETRIC					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
5	COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DE LODO DESAGUADO DA ETE ÁREA DE LAZER E RESÍDUOS DO TRATAMENTO PRELIMINAR PROVENIENTE DOS GRADEAMENTOS DAS ESTAÇÕES E ELEVATÓRIA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DO SIMAE. CARGAS APROXIMADAS DE 3.000 A 7.000 KG. - COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DE LODO DESAGUADO DA ETE ÁREA DE LAZER E RESÍDUOS DO TRATAMENTO PRELIMINAR PROVENIENTE DOS GRADEAMENTOS DAS ESTAÇÕES E ELEVATÓRIA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DO SIMAE. CARGAS APROXIMADAS DE 3.000 A 7.000 KG. Marca: CETRIC	350,000	Ton.	575,2686	201.344,01
6	COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DA ESTAÇÃO DE DESAGUE DE LODO DA ETA CENTRAL. CARGAS APROXIMADAS DE 3.000 A 7.000 KG. - COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DA ESTAÇÃO DE DESAGUE DE LODO DA ETA CENTRAL. CARGAS APROXIMADAS DE 3.000 A 7.000 KG. Marca: CETRIC	110,000	Ton.	582,2401	64.046,41

Total do Participante: 370.000,00

Total Geral: 830.000,00

Capinzal, 07/11/2023

NILVO

DORINI:482

17514968

Assinado de forma  
digital por NILVO  
DORINI:48217514968  
Dados: 2023.11.10  
09:43:18 -03'00'

NILVO DORINI

GESTOR

LEOMAR

EGGERS:0324

5236964

Assinado de forma  
digital por LEOMAR  
EGGERS:03245236964  
Dados: 2023.11.10  
09:43:43 -03'00'

Assinatura do Responsável

## CISAMARP

## RESOLUÇÃO CPL Nº 27-2023 HOMOLOGA CLINICA REBELATTO -CATANDUVAS

Publicação Nº 5334891

## RESOLUÇÃO Nº 27/2023 – CPL

Maria Ingrid Riegert de Almeida, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, usando da competência que lhe confere a Resolução 36/2023.

## RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, homologa CLINICA REBELATTO (CATANDUVAS), inscrito no CNPJ nº 09.561.896.0001-52, com endereço na Rua Wenceslau Brás, 2575, bairro Cruzeiro do Sul, CEP ,CEP 89-670- 000, Município de Catanduvass/SC, em conformidade com o Edital 01/2018 para Credenciamento de Serviços do(s) seguinte(s) procedimento(s):

Procedimento	Código	Valor CIS R\$
RADIOGRAFIA PANORAMICA DE MANDIBULA	204010179	R\$ 42,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira/SC, 10 de novembro de 2023.

Maria Ingrid Riegert de Almeida  
Presidente Comissão Permanente de Licitação  
CISAMARP



**CVC****CONTRATO Nº 03 - PE 27/2023**

Publicação Nº 5335691

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2023 - CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 027/2023- CVC  
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023- CVC

**CONTRATO Nº 03**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na RUA São Paulo, S/N, Bairro São Sebastião no MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu Presidente Sr. Delir Cassaro, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ALLUMÉ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Primeiro de Maio, nº 729, Letra A, Vila Junção, CEP 96202-172, Rio Grande, RS, inscrita no CNPJ sob o nº 43.081.244/0001-59, neste ato representado por seu Diretor ou representante legal o Sr. Sr. JONATHAN CARLOS NUNES DO NASCIMENTO, denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Fornecimento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, do Edital de Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico nº 27/2023, e pelas condições que estipulam a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO**

1.1 Este Contrato tem como origem o Pregão Eletrônico Nº 27/2023, instaurada pela CONTRATANTE, objetivando a ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA A USINA DE ASFALTO, CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO ANEXO I, para a sede do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC.

1.2 O Edital de licitação e todos os seus Anexos fazem parte integrante do presente contrato como se aqui transcritos estivessem.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS FINANCEIROS**

2.1 - As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão a cargo das dotações do orçamento vigente, classificadas e codificadas sob os números:

Ação 2004 - IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO USINA DE ASFALTO		
Referência	Modalidade de aplicação	Vínculo
14	3449000000000000000	150170000000

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES**

3.1 O preço total para o presente ajuste será determinado conforme demanda da CONTRATANTE, conforme os valores estabelecidos nesta Cláusula.

3.2 O valor total do Contrato é de R\$5.999,93 (cinco mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos), conforme proposta da CONTRATADA apresentada no procedimento licitatório e a seguir discriminada.

**CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE**

4.1 Havendo necessidade de reajuste ou modificação do valor contratual, se aplicam as disposições do artº 65 e seguintes da lei 8666/93.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 O pagamento à DETENTORA será em até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura contendo o número do Empenho e o relatório de serviços prestados, ao Setor de Compras.

5.2 O pagamento somente será liberado mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito Estadual/SC, e também, quando a empresa não for catarinense, da apresentação da CND do Estado de origem, bem como cumprir a comprovação de regularidade com os Débitos Municipais. Caso apresente irregularidades na documentação exigida, será concedido prazo de 30 (trinta) dias para regularização, isso somente quando do pagamento, conforme título acima referido.

5.3 A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, bem como informar os dados de CNPJ, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.



5.4 Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da licitante vencedora que desaprove a liquidação da despesa pela Gerência de Tesouraria, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras necessárias

4.5 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços das ligações, ou de atualização monetária por atraso de pagamento.

4.6 O preço a ser pago será o constante da proposta da licitante vencedora.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA

6.1 A empresa terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento para a entrega, conforme o Anexo I – Termo de Referência, sendo que eventual pedido de prorrogação deverá ser justificado e motivadamente solicitado, com prazo de antecedência mínima de 15 dias antes de findar o prazo originário, podendo ser prorrogado de 01 até 45 (quarenta e cinco) dias, conforme justificativas apresentadas a serem analisadas pelo Órgão.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência do contrato decorrente deste procedimento licitatório terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

7.2 O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e outras legislações pertinentes.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, se recusar a receber a Autorização de Fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.2 No caso de atraso injustificado por parte da contratada na execução do contrato, a partir do primeiro dia, a licitante vencedora sujeitar-se-á à multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante, que será descontado dos valores eventualmente devidos pelo Município, ou ainda, quando for o caso, cobrados administrativa ou judicialmente.

8.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, além do disposto nos subitens 8.1 e 8.2, estará a contratada sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores, quais sejam:

##### 8.4 Advertência

##### 8.5 Multa:

- a. 10% (dez por cento) em caso da não entrega do projeto, não execução dos serviços ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- a. de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

##### 8.6 Suspensão:

8.6.1 A licitante ficará suspensa de licitar e contratar com o Município por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a. não celebrar o Contrato;
- a. deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- a. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- a. não mantiver a proposta;
- a. falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- a. comportar-se de modo inidôneo;
- a. cometer fraude fiscal.

##### 7.7 Declaração de inidoneidade.

8.8 Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.9 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se às sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores garantidos o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.10 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

8.11 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no Art. 78 e seguintes da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

9.2 Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, se sujeita a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Proporcionar todas as condições para que a contratada possa executar o objeto de acordo com as determinações do Contrato, deste Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

10.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo fornecedor.

10.3 Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

10.4 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.5 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A contratada deverá entregar o projeto de acordo com o Anexo I – Termo de Referência do Edital.

11.2 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assinadas, sem ônus ao Consórcio.

11.3 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

11.4 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

11.5 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os comprovantes que lhe forem solicitados pela Contratante, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

11.6 Deverá a contratada realizar o acompanhamento na execução do projeto.

11.7 Fornecer ao consorcio sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o andamento do objeto ora licitado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Aos casos omissos se aplicarão as demais disposições da Lei nº 10.520 / 02, da Lei nº 8.666/ 93 e suas alterações e demais legislação pertinente.

12.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato e seus Anexos. Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

13.3 As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

13.4 Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

13.5 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

13.6 A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Coronel Freitas– SC, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

14.2 E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Coronel Freitas SC, 07 de novembro de 2023.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO  
CORONEL - CVC  
CONTRATANTE

ALLUMÉ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA  
CONTRATADA

EDIR ANTONIO BAGIO  
FISCAL DO CONTRATO

IVONARA CARLA BORTOLETTI  
TESTEMUNHA

FLAVIA ROLIM DE MOURA  
TESTEMUNHA

### CONTRATO Nº 04 PE 27/2023

Publicação Nº 5335700

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2023 - CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 027/2023- CVC  
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023- CVC

#### CONTRATO Nº 04

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na RUA São Paulo, S/N, Bairro São Sebastião no MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu Presidente Sr. Delir Cassaro, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa D.F.J. ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Carlos Oscar Werlang, Nº 142, Bairro Industrial, CEP 89.872-000 no município de Modelo - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 27.500.071/0001-00, neste ato representado por seu Diretor ou representante legal Sr. DOUGLAS JACKSON PEREIRA, denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Fornecimento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, do Edital de Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico nº 27/2023, e pelas condições que estipulam a seguir.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 Este Contrato tem como origem o Pregão Eletrônico Nº 27/2023, instaurada pela CONTRATANTE, objetivando a ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA A USINA DE ASFALTO, CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO ANEXO I, para a sede do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC.

1.2 O Edital de licitação e todos os seus Anexos fazem parte integrante do presente contrato como se aqui transcritos estivessem.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS FINANCEIROS

2.1 - As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão a cargo das dotações do orçamento vigente, classificadas e codificadas sob os números:

Ação 2004 - IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO USINA DE ASFALTO		
Referência	Modalidade de aplicação	Vínculo
14	3449000000000000000	150170000000

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1 O preço total para o presente ajuste será determinado conforme demanda da CONTRATANTE, conforme os valores estabelecidos nesta Cláusula.

3.2 O valor total do Contrato é de R\$12.000,00 (doze mil reais), conforme proposta da CONTRATADA apresentada no procedimento licitatório e a seguir discriminada.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 Havendo necessidade de reajuste ou modificação do valor contratual, se aplicam as disposições do artº 65 e seguintes da lei 8666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento à DETENTORA será em até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura contendo o número do Empenho e o relatório de serviços prestados, ao Setor de Compras.

5.2 O pagamento somente será liberado mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito Estadual/SC, e também, quando a empresa não for catarinense, da apresentação da CND do Estado de origem, bem como cumprir a comprovação de regularidade com os Débitos Municipais. Caso apresente irregularidades na documentação exigida, será concedido prazo de 30 (trinta) dias para regularização, isso somente quando do pagamento, conforme título acima referido.

5.3 A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, bem como informar os dados de CNPJ, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

5.4 Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da licitante vencedora que desaprove a liquidação da despesa pela Gerência de Tesouraria, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras necessárias

4.5 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços das ligações, ou de atualização monetária por atraso de pagamento.

4.6 O preço a ser pago será o constante da proposta da licitante vencedora.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA

6.1 A empresa terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento para a entrega, conforme o Anexo I – Termo de Referência, sendo que eventual pedido de prorrogação deverá ser justificado e motivadamente solicitado, com prazo de antecedência mínima de 15 dias antes de findar o prazo originário, podendo ser prorrogado de 01 até 45 (quarenta e cinco) dias, conforme justificativas apresentadas a serem analisadas pelo Órgão.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência do contrato decorrente deste procedimento licitatório terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

7.2 O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e outras legislações pertinentes.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, se recusar a receber a Autorização de Fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.2 No caso de atraso injustificado por parte da contratada na execução do contrato, a partir do primeiro dia, a licitante vencedora sujeitar-se-á à multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante, que será descontado dos valores eventualmente devidos pelo Município, ou ainda, quando for o caso, cobrados administrativa ou judicialmente.

8.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, além do disposto nos subitens 8.1 e 8.2, estará a contratada sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores, quais sejam:

8.4 Advertência

8.5 Multa:

a. 10% (dez por cento) em caso da não entrega do projeto, não execução dos serviços ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

a. de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

**8.6 Suspensão:**

8.6.1 A licitante ficará suspensa de licitar e contratar com o Município por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a. não celebrar o Contrato;
- a. deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- a. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- a. não mantiver a proposta;
- a. falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- a. comportar-se de modo inidôneo;
- a. cometer fraude fiscal.

**7.7 Declaração de inidoneidade.**

8.8 Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.9 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se às sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores garantidos o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.10 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

8.11 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

9.1 O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no Art. 78 e seguintes da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

9.2 Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, se sujeita a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 Proporcionar todas as condições para que a contratada possa executar o objeto de acordo com as determinações do Contrato, deste Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

10.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo fornecedor.

10.3 Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

10.4 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.5 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 A contratada deverá entregar o projeto de acordo com o Anexo I – Termo de Referência do Edital.

11.2 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assinadas, sem ônus ao Consórcio.

11.3 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

11.4 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

11.5 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os comprovantes que lhe forem solicitados pela Contratante, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

11.6 Deverá a contratada realizar o acompanhamento na execução do projeto.

11.7 Fornecer ao consorcio sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o andamento do objeto ora licitado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 Aos casos omissos se aplicarão as demais disposições da Lei nº 10.520 / 02, da Lei nº 8.666/ 93 e suas alterações e demais legislação pertinente.

12.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato e seus Anexos. Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018**

13.1 As partes ficam cientes da vedação da utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, inclusive para armazenamento necessário.

13.3 As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

13.4 Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

13.5 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

13.6 A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1 As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Coronel Freitas– SC, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

14.2 E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Coronel Freitas SC, 07 de novembro de 2023.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO  
CORONEL - CVC  
CONTRATANTE

D.F.J. ENGENHARIA LTDA  
CONTRATADA

EDIR ANTONIO BAGIO  
FISCAL DO CONTRATO

IVONARA CARLA BORTOLETTI  
TESTEMUNHA

FLAVIA ROLIM DE MOURA  
TESTEMUNHA



**CIGAMVALI****EDITAL DE PUBLICIDADE 133/2023**

Publicação Nº 5335972

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL  
Nº 954/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/40700 – FCEI 68997

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento OZIEL GABRIEL DE AVIZ, inscrito no CPF nº 871.596.359-49 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na RUA ANNITA BUETTNER HEIDEN (1142), 525 - ITAJUBA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 10 de novembro de 2023  
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL  
Nº 955/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/40699 – FCEI 69214

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendimento JOÃO VITOR DE BORBA LEMES, inscrito no CPF nº 067.885.959-09 para a atividade 71.11.01 · CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado RUA ALFREDO TAVARES(1008), 764 - ITAJUBA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 10 de novembro de 2023  
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA  
Nº 956/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/40462 – FCEI 68438

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA, formulado pelo empreendimento INCORP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ nº 38.264.748/0001-74 para a atividade de CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, situado na RUA GILDO CABRAL 1007 LOTE 16 PARQUE RESID, s/n - ITAJUBA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 10 de novembro de 2023  
Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA  
Nº 957/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO CRT/40468 – FCEI 68597

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE NA RESOLUÇÃO CONSEMA, formulado pelo empreendimento BG INCORPORADORA LTDA, inscrito no CNPJ nº 41.325.612/0001-31 para a atividade de CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, situado na RUA RICARDO LEONE, 138 - RIO BRANCO, no município de GUARAMIRIM, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital



atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

GUARAMIRIM, 10 de novembro de 2023

Município de GUARAMIRIM

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA COM DISPENSA DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO  
Nº 958/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/39437 – FCEI 65999

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA COM DISPENSA DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, formulado pelo empreendimento Ana Batista da Silva, inscrito no CPF nº 557.521.369-20 para a atividade 71.11.01 - CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na RUA EULALIA MORAES MICHEREFF, 133 - São Cristóvão, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 10 de novembro de 2023

Município de BARRA VELHA

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 959/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO URB/40278 – FCEI 67864

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 10.638.878/0001-00, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BARRA VELHA o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, formulado pelo empreendimento SMV ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 20.231.496/0001-11 para a atividade 71.11.01 - CONDOMÍNIOS DE CASAS OU EDIFÍCIOS, ASSIM DEFINIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, OU EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTE CONDIÇÕES: A) NÃO POSSUA PLANO DIRETOR; B) NÃO EXISTA SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NA ÁREA OBJETO DA ATIVIDADE, situado na RUA JOSÉ SEBASTIÃO DOS SANTOS, 223 - ITAJUBA, no município de BARRA VELHA, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento de Licenciamento Ambiental do CIGAMVALI na Rua Arthur Gumz, nº 88, Bairro Vila Nova em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

BARRA VELHA, 10 de novembro de 2023

Município de BARRA VELHA

## **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023 AVISO DE SUSPENSÃO**

Publicação Nº 5336488

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU CIGAMVALI

Processo Administrativo nº 39/2023 - Pregão eletrônico nº 39/2023

AVISO DE SUSPENSÃO

O Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu CIGAMVALI, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que a LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA ENTES DA FEDERAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO com adjudicação POR ITEM, modo de disputa ABERTO E FECHADO, sob a forma de fornecimento PARCELADO, destinado ao REGISTRO DE PREÇO, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO LICENÇA DE USO DE SITE E SISTEMA PARA CONTROLE, GESTÃO E GERENCIAMENTO DE JOGOS ESPORTIVOS, mediante as condições estabelecidas neste Edital ESTÁ SUSPENSO. Guaramirim, 10 de novembro de 2023. OSVALDO DEVIGILI – Presidente.

## **RESOLUÇÃO Nº 053, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE MARIANI CAROLINA DA CUNHA CARNEIRO DO CARGO DE ANALISTA AMBIENTAL DO CIGAMVALI**

Publicação Nº 5334679

RESOLUÇÃO Nº 053, de 09 de novembro de 2023.

Dispõe sobre a exoneração de MARIANI CAROLINA DA CUNHA CARNEIRO do cargo de ANALISTA AMBIENTAL do CIGAMVALI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIGAMVALI, fundamentado no art. 37, Incisos II, in fine, e V, da Constituição Federal, no artigo 450 c/c artigos 468 e 499 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 e demais legislações correlatas. Considerando-se o pedido de exoneração da servidora,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Sra. MARIANI CAROLINA DA CUNHA CARNEIRO inscrita no CPF sob n.º 070.407.359-54 do emprego público de analista ambiental deste Consórcio Público, a contar do dia 09 de novembro de 2023.

Jaraguá do Sul - SC, em 09 de novembro de 2023.

OSVALDO DEVIGILI  
Presidente do CIGAMVALI

## CIGAMERIOS

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- PE 07/2023

Publicação Nº 5335022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 025/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2023

PARTES: CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS – CIGAMERIOS e a empresa: DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - DIMASTER SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS, EVENTUAIS E PARCELADAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS, CONFORME REGISTRADOS NA TABELA A SEGUIR:

LOTE	UN	ITEM	MARCA	MODELO	R\$ UN
512	COMPRIMIDO	METFORMINA - DOSE 850MG	PRATI	GENERICO BL C/10 CX C/200	0,1230

VIGÊNCIA: 10/11/2023 a 01/02/2024.

## CISAM-SUL

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2023 - PROCESSO DE COMPRA Nº 19/2023

Publicação Nº 5335857

AVISO DE LICITAÇÃO CONSÓRCIO CISAM-SUL ORLEANS - SC  
Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 672FD002876FB6DF8F131C98FDA4BD369D837106

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE COMPRA Nº 19/2023.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL CISAM-SUL, ORLEANS, ESTADO DE SANTA CATARINA torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob o regime de MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando O REGISTRO DE PREÇOS para à aquisição de produtos químicos para tratamento de água para os entes consorciados do CISAM-SUL, com entrega na sede do ente consorciado solicitante, com Prazo de entrega: em no máximo 5 dias CORRIDOS, contados a partir da notificação da Autorização de Fornecimento e conforme as especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nos termos e condições constantes no Edital e seus anexos.

#### INFORMAÇÕES:

- Data e horário de abertura: 28/11/2023 - às 09h:00min.

- Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital, poderá ser examinada no endereço supramencionado a partir do dia 17 de julho de 2023, e no endereço eletrônico: <https://www.cisam-sul.sc.gov.br/>

Orleans – SC, 10 de novembro de 2023.

PRE PUBLICAÇÃO TCE:  
672FD002876FB6DF8F131C98FDA4BD369D837106

IBANEIS LEMBECK  
PRESIDENTE CISAM-SUL

**CIM-AMUREL****EXTRATO CONTRATO Nº 17/2023**

Publicação Nº 5335259

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA PARA CONTROLE E GERENCIAMENTO DE DEMANDAS E DOCUMENTOS, PROTOCOLO EXTERNO, E ASSINATURA ELETRÔNICA, COM SUPORTE, TREINAMENTO E ARMAZENAMENTO EM NUVEM PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMUREL – CIM-AMUREL.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMUREL, CIM-AMUREL.

CNPJ/MF: 28.692.509/0001-20

EMPRESA CONTRATADA: 1DOC TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF: 19.625.833/0001-76

VALOR DO CONTRATO: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

VIGÊNCIA: 01 de novembro de 2023 à 31 de outubro de 2024.

Tubarão/SC, 31 de outubro de 2023.

Helio Alberton Junior  
Presidente do Consórcio